

AS ORIGENS DA FORMA URBANA DE PITANGUI, MINAS GERAIS UMA ANÁLISE MORFOGÊNICA E TERRITORIAL

BRUNA CALDAS CORDEIRO | LETICIA GARDUSI DE FARIA
VIVIANE DE SOUZA BRAGA | MARIA MANOELA GIMMLER NETTO
FREDERICO DE PAULA TOFANI

brunacaldascordeiro@ufmg.br
leticiagardusi@ufmg.br
vivianebraga2022@ufmg.br
manoelagnetto@gmail.com
fptofani@ufmg.br



10.64082/phs.2025.01.5.7

RESUMO ABSTRACT

Este artigo tem como objeto a cidade de Pitangui, com origens que datam do final do século XVII – e cujas contribuições capitais para a formação do centro-oeste do estado de Minas Gerais fazem dela a matriarca dessa região. Apesar de sua relevância histórica como espaço minerário, assentamento, caminho e, também, palco de conflitos entre mineradores paulistas e não paulistas, a literatura especializada carece de trabalhos que discutam a sua formação urbana. No intuito de contribuir para uma melhor compreensão acerca da paisagem urbana colonial de Pitangui, este artigo estuda a morfogênese do antigo arraial, por meio da identificação de infraestruturas pré-existentes no território que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento inicial desse assentamento. Para a realização desse estudo, adotou-se tanto os conceitos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana quanto a abordagem territorial da Escola Italiana. A análise morfológica realizada possibilitou entender a relação entre o desenvolvimento do território, as rotas vinculadas, e a forma inicial da ocupação. Assim, entende-se que esse estudo contribui para as ações de preservação da paisagem urbana de Pitangui, posto que aprofunda as relações entre ela e as demais paisagens históricas coloniais mineiras.

Palavras-chave: Pitangui; Cidades Históricas; Capitania de Minas Gerais; Picada de Goiás; Análise morfogênica e territorial.

The origins of the urban form of Pitangui, Minas Gerais: A morphogenic and territorial analysis

This article focuses on the city of Pitangui, with origins dating back to the end of the 17th century – and whose major contributions to the formation of the center-west of the state of Minas Gerais make it the matriarch of this region. Despite its historical relevance as a mining area, settlement, route, and also a stage for conflicts between paulistas and non-paulistas miners, the specialized literature lacks works that discuss its urban formation. In order to contribute to a better understanding of the colonial urban landscape of Pitangui, this article studies the morphogenesis of the ancient settlement, through the identification of pre-existing infrastructures in the territory that made the emergence and initial development of this settlement possible. To carry out this study, both the concepts of the English School of Urban Morphology and the territorial approach of the Italian School were adopted. The morphological analysis performed made it possible to understand the relationship between the development of the territory, the linked routes, the landforms, and the initial form of occupation. Thus, it is understood that this study contributes to the preservation actions of the urban landscape of Pitangui, since it deepens the relations between it and other historical colonial landscapes in Minas Gerais.

Keywords: Pitangui; Historical cities; Captaincy of Minas Gerais; Picada de Goiás; Morphogenic and territorial Analysis.

A CIDADE DE PITANGUI TEM ORIGENS

nos últimos anos do século XVII, como um arraial cuja expansão e relevância ensejariam sua elevação a vila em 1715, tornando-se, assim, a primeira da região Centro-Oeste de Minas Gerais e a sétima das chamadas *Vilas do Ouro* desse estado. Tal relevância se deveu às ricas jazidas auríferas que foram descobertas onde vicejaria esse centro urbano, bem como à sua inserção regional estratégica, em meio a redes de vias terrestres tais como as denominadas *Caminho Geral do Sertão*, que partia do Planalto Paulista e alcançava a região Central de Minas Gerais, e *Picada de Goiás*, que partia de São João del-Rei e alcançava Vila

Boa de Goiás. Isso que lhe conferiu um papel capital na expansão e presença portuguesa e luso-brasileira nos sertões mineiro e goiano, na exploração das muitas jazidas auríferas existentes nesses espaços e, até mesmo, nos conflitos entre mineradores paulistas e não paulistas no âmbito do que se convencionou chamar de Guerra dos Emboabas (1707-1709).

Pitangui, por seu papel na economia aurífera setecentista e, posteriormente, por sua atuação como centro urbano regional com uma diversificada base econômica, consiste em um importante objeto de estudo de campo para a História, a Geografia, a Arquitetura e Urbanismo e, em específico, a Morfologia Urbana. Sendo assim, este artigo tem como objetivo caracterizar a origem da forma urbana de Pitangui, a partir da identificação de infraestruturas pré-existent no território que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento inicial desse assentamento.

Para tanto, foram utilizados elementos referenciais desenvolvidos pelas Escolas Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana. Primeiramente, para a delimitação e caracterização do período inicial de assentamento no território, utilizamos os conceitos de períodos morfológicos e de morfogênese adotados pela Escola Inglesa, que tem como um de seus principais nomes Michael Robert Günter Conzen (2004), assim como o aporte de publicações do Laboratório da Paisagem da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (LAP-EAUFMG), com destaque para o livro *Fundamentos da Morfologia Urbana*, de autoria de Staël de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto (2015).

Em seguida, buscou-se contextualizar a formação de Pitangui por meio da abordagem territorial da Escola Italiana, evidenciando-se as principais dimensões geomorfológicas do território, tais como o relevo de suas bacias hidrográficas, sobrepostas às vias lá existentes, tais como a referida Picada de Goiás. Esta abordagem, como é próprio à Escola Italiana, entende o território como um organismo individual, constituído a partir da interrelação entre rotas, assentamentos, núcleos urbanos e espaços produtivos. Nesse sentido, baseamo-nos em Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei (2001), em sua obra *Architectural composition and building typology* – e, mais especificamente,

em seu capítulo *Territorial organism as the individuation of typical connections between route, settlement, productive and urban organisms* –, assim como em Maria Manoela Gimmler Netto *et al.* (2014), em seu estudo acerca do Centro Histórico de Tiradentes, também em Minas Gerais.

Neste artigo, utilizamos, ainda, dados já levantados em trabalhos como os estudos elaborados pelo IEPHA/MG (2008) para embasar o processo de tombamento do Centro Histórico de Pitangui; os artigos de Adriana Romeiro, Carla Maria Junho Anastasia, Eduardo França Paiva, Leandro Pena Catão, e Vagner da Silva Cunha que compõem o livro *Pitangui Colonial: História e Memória*, organizado por Catão (2011); e pesquisas sobre as antigas rotas coloniais para Goiás, como a realizada por Ana Maria Nogueira de Rezende (2017), intitulada *Fluxos globais no século XVIII: a produção do modus vivendi e operandi no entorno da Estrada Real Picada de Goiás*.

O INÍCIO DA FORMA URBANA

A morfologia urbana é um campo que “estuda a forma física das cidades, através de múltiplos olhares, com diferentes objetivos e metodologias, atentos aos elementos que constituem os espaços urbanos”, nos termos de Stephen Marshall (*apud* Coccozza; Guerra, 2022, p. 62). Sendo assim, a análise histórica e geográfica da paisagem urbana necessita da investigação sistemática de seus elementos.

O conceito de historicidade, nessa perspectiva, é entendido como um atributo da paisagem capaz de refletir materialmente as permanências de vários períodos, ou seja, a acumulação das formas ao longo do tempo. A ideia da paisagem como palimpsesto vem justamente a partir desse entendimento de sobreposição de camadas históricas que se acumulam no mesmo espaço físico, registrando a dinâmica de suas transformações e permanências. A análise histórica dessa paisagem pode ser realizada a partir de delimitações temporais, denominadas períodos morfológicos. Tais elementos são definidos como parte de processos de contínua transformação cultural, nos quais estão presentes a história geral e regional, a história do planejamento urbano, o urbanismo, a arquitetura, a tecnologia, a economia e outros aspectos relevantes da cultura (Gimmler Netto; Pereira Costa; Lima, 2014).

Ademais, os períodos morfológicos são entendidos a partir da síntese entre períodos históricos e períodos evolutivos, como propõe as bases da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Os períodos históricos são, segundo essa Escola, aqueles demarcados por fatos e eventos específicos, com reinados, impérios, governos etc. (Pereira Costa; Gimmler Netto, 2015; Gimmler Netto; Pereira Costa; Lima, 2014). Já os períodos evolutivos são delimitados de forma mais flexível, baseando-se nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de inovações, evoluções e declínios em determinadas características da forma urbana (Pereira Costa; Gimmler Netto, 2015).

Nesse sentido, a morfogênese pode ser entendida tanto como o primeiro período morfológico de desenvolvimento de uma formação urbana quanto, segundo Cozen (*apud* Pereira Costa; Gimmler Netto, 2015), como o estudo do processo morfológico da paisagem urbana, dinamicamente entendida e determinada pelas exigências funcionais e ambientais dos grupos sociais locais ao longo do tempo. Sendo assim, o processo de ocupação territorial interfere na composição morfológica da paisagem, conforme destacam Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 66), ao afirmarem que “a composição da paisagem urbana é resultante do processo de ocupação territorial, consequente da eleição de determinadas localidades para a implementação dos núcleos urbanos no sítio natural”.

A análise do processo de composição da paisagem permite a identificação da sucessão de fases do seu desenvolvimento, considerando a formação e transformação do território a partir da combinação de atributos físicos e manifestações espaciais da sociedade. Esse estudo demonstra sua importância em relação ao entendimento da formação da paisagem urbana histórica, no qual o termo morfogênese traduz a ideia de origem da forma, considerando a configuração inicial dessa paisagem conforme percebida a partir do registro de sua historicidade no palimpsesto de sua composição.

Neste estudo, realizamos uma análise das características históricas e territoriais da morfogênese de Pitangui, considerando sua relevância como matriz do Centro-Oeste mineiro durante a expansão da exploração aurífera e, por conseguinte, da efetivação do poder da Coroa Portuguesa nessa região. Para

tanto, é brevemente contextualizada a origem da forma urbana anteriormente à constituição da capitania de Minas Gerais, ocorrida em 1720 e conformada pelos territórios das vilas criadas anteriormente em parte do que fora a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, constituída em 1709 como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas. Essas vilas consistem em Vila Rica e a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, que formavam a comarca de Vila Rica; a Vila de São João del-Rei e a Vila de São José del-Rei, que formavam a comarca do Rio das Mortes; e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, a Vila do Príncipe, a Vila Nova da Rainha, e a Vila Nova do Infante – da qual se originaria a cidade de Pitangui – que formavam a comarca do Rio das Velhas.

ORIGEM DA FORMA URBANA EM MINAS GERAIS

A presença humana no espaço correspondente ao atual território de Minas Gerais tem profundidade cronológica incomparavelmente superior ao de sua colonização por europeus – e data, pelas estimativas mais conservadoras, de aproximadamente 10.000 a.C. Iniciada por culturas sobre as quais pouco ou nada se sabe, fato é que, quando dos primeiros momentos do Período Colonial, esse espaço consistia em um mosaico de territórios de diversas etnias indígenas, falantes de idiomas pertencentes a dois grandes troncos linguísticos, pelo menos: o Macro-Jê e o Macro-Tupi (Tofani, 2008).

Conforme demonstrado por um número significativo de documentos e crônicas do período e de estudos realizados a partir do século XX, essas culturas e etnias ameríndias e suas antecedentes foram responsáveis pela produção de uma complexa trama de vias terrestres e fluviais, usada para diversas finalidades, ao longo de milênios. Ela extrapolava o espaço mineiro, e mesmo o brasileiro, e seria apropriada extensivamente por bandeirantes, mineradores, militares, religiosos, colonos e toda a sorte de portugueses e luso-brasileiros, geralmente guiados e escoltados por indígenas Tupiguarani e, não raro, trazendo a ferros africanos escravizados (Tofani, 2008).

Os bandeirantes paulistas ou, nos termos de Darcy Ribeiro (1995, p. 167), os “brasilíndios [...] gerados por pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índias, dilataram o domínio português exorbitando a dação de papel das Tordesilhas” e utilizando, em grande medida, tais vias. Suas longas incursões

nos sertões brasileiros – motivadas pelo interesse em escravizar indígenas ou em descobrir metais e pedras preciosas – ganharam significativo impulso a partir do reinado de D. Pedro II de Portugal e Algarves (1668-1706), quando foram estabelecidos importantes programas de incentivo ao desenvolvimento da colônia brasileira. Dentre tais incentivos, figurava a oferta de títulos de nobreza, vantagens financeiras e outras formas de recompensa a quem se dispusesse a descobrir riquezas minerais nos sertões. E, com efeito, dinamizou-se então a exploração e compreensão do território mineiro, pela ação de bandeirantes paulistas em busca de jazidas de ouro e de pedras preciosas, ao longo do rio Paranaíba, do alto rio São Francisco, e de seus principais afluentes (Bueno, 2009).

As sucessivas descobertas de grandes jazidas, ocorridas nas décadas de 1690 e 1700, ensejariam um dos maiores movimentos populacionais registrados no Brasil durante o Período Colonial, se não o maior, que seria assim descrito por André João Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, publicada originalmente em 1711:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão [...], umas a catar, e outras a mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras a negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos (Antonil, 1982, p. 167).

Esse intenso afluxo populacional ensejou o estabelecimento de muitos assentamentos na capitania – geralmente simples acampamentos minerários e pequenos entrepostos erigidos junto aos principais caminhos, cursos d'água e jazidas –, bem como o seu rápido crescimento na forma de arraiais. A depender de sua expansão e relevância econômica, demográfica e política, eles podiam ser elevados, no âmbito da Igreja, à categoria de capela curada

e, no âmbito da Coroa, à categoria de vila – títulos esses com significativas repercussões espaciais e sociais em seus territórios.

Por exemplo, a elevação de um arraial a capela curada significava a sua promoção a núcleo populacional reconhecido pela Igreja e, portanto, a garantia da visita e assistência religiosa regular de um cura (ou pároco), condição almejadíssima em uma sociedade profundamente católica (Marx, 1991). Já a elevação de um arraial a vila, proporcionava-lhe competências e relativa autonomia nas esferas administrativa, judiciária, fazendária e policial, por meio da instalação de uma câmara municipal e de um corpo de representantes e servidores públicos, condição também almejadíssima.

A propósito, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009) produz uma importante síntese ao afirmar que

cada novo caminho, cada nova vila e cada nova alteração de traçado urbano consistia na oficialização dos passos dos diversos atores envolvidos no processo de colonização [...] e cada passo foi oficializado ao sabor dos interesses metropolitanos [...]. As novas vilas, portanto, não nasceram aleatoriamente (Bueno, 2009, p. 269).

Outra consequência do intenso afluxo populacional ensejado pela mineração aurífera e de pedras preciosas foram as disputas, entre paulistas e não paulistas, pela concessão pela Coroa Portuguesa de datas minerais, sesmarias, cargos e outros privilégios. Tais disputas culminaram em um conjunto de violentos conflitos armados, que se estendeu de 1707 a 1709, e resultou na derrota e expulsão da maioria dos paulistas. Denominado Guerra dos Emboabas, ele evidenciou a precariedade do controle, por parte da Coroa, do território e da população dessa vasta região minerária.

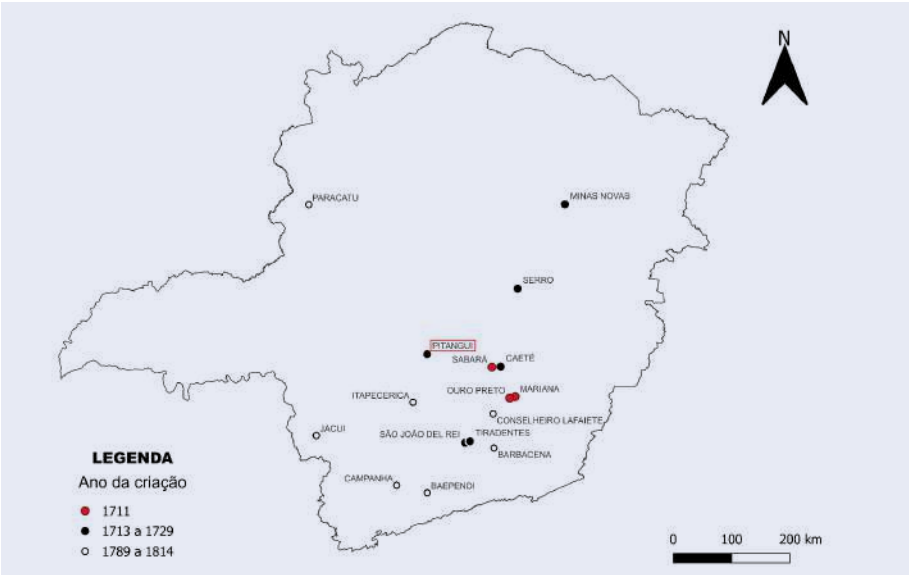
Dentre as providências tomadas pela Coroa com vistas a sanar essa questão, destaca-se a constituição, em 1709, da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a partir do desmembramento de porções da capitania de São Vicente (constituída em 1534) e da capitania de Paranaguá (constituída em 1656) (Il. 1). Destaca-se, também, a elevação a vila dos principais arraiais existentes na porção mineira dessa capitania, ocorrida na década de 1710. A saber: Vila do

Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (1711), primeira capital da capitania e núcleo da atual cidade de Mariana; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (1711), núcleo da atual cidade de Sabará; Vila Rica (1711), núcleo da atual cidade de Ouro Preto; Vila de São João del-Rei (1713), núcleo da atual cidade de São João del-Rei; Vila do Príncipe (1714), núcleo da atual cidade do Serro; Vila Nova da Rainha (1714), núcleo da atual cidade de Caeté; Vila Nova do Infante (1715), núcleo da atual cidade de Pitangui; e Vila de São José del-Rei (1718), núcleo da atual cidade de Tiradentes. (Il. 2)



Il. 1: Mapa da América Portuguesa, tendo em destaque a máxima expansão da capitania de São Paulo e Minas do Ouro.
Fonte: Silva, 1955, p. 36.

Il. 2: Mapa da capitania das Minas Gerais, com indicação das vilas criadas entre 1711 e 1814, tendo em destaque Pitangui, ou Vila Nova do Infante.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Chaves, 2013.



Ademais, em 1714, três comarcas foram instituídas sobre os termos das vilas criadas até então, de modo a incrementarem a administração judiciária e a presença da Coroa Portuguesa nesse espaço. Um dos principais critérios adotados na definição de quais vilas comporiam cada comarca foi, ao que tudo indica, o hidrológico, dado o papel desempenhado pelos cursos d'água na existência e distribuição de jazidas auríferas e de pedras preciosas, na sua descoberta e mineração, na morfologia dos caminhos e povoações e, é claro, na sua morfogênese. Assim sendo, após 1718, com todas as referidas vilas já criadas, assim ficaram organizadas as três comarcas: a comarca de Vila Rica tinha sede nessa vila e jurisdição sobre ela e a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. A comarca do Rio das Mortes, por sua vez, tinha sede na Vila de São João del-Rei e jurisdição sobre ela e a Vila de São José del-Rei. Já a comarca do Rio das Velhas, a mais extensa das três, tinha sede na Vila de Nossa Senhora da Conceição e jurisdição sobre ela, a Vila do Príncipe, a Vila Nova da Rainha e a Vila Nova do Infante.

Os termos dessas vilas e, correspondentemente, as jurisdições dessas comarcas conformariam o território da capitania de Minas Gerais, constituída em 1720 de modo a estar sob o controle direto da Coroa Portuguesa, ou seja, sem intermédio de um capitão donatário. Isso exigiu o seu desmembramento da capitania de São Paulo e Minas do Ouro e resultou em um território cujos limites geográficos correspondiam, em grande medida, aos atuais limites do estado de Minas Gerais – o que evidencia o fato de que a maioria dos municípios que conformam hoje esse estado tem territórios resultantes de sucessivos desmembramentos dos termos daquelas vilas setecentistas. O atual município de Pitangui é um desses casos – e ainda conserva feições históricas e territoriais advindas do protagonismo desempenhado nos âmbitos regional e extrarregional, desde os tempos que era conhecido como Vila Nova do Infante.

ORIGEM DA FORMA URBANA EM PITANGUI (1698-1715)

Conforme diversos levantamentos já realizados, são escassas as fontes documentais que versam sobre os primeiros momentos da formação do território e da evolução urbana de Pitangui. No entanto, o processo de tombamento estadual de seu centro histórico (IEPHA/MG, 2008) aponta

o ano de 1698 como o de possível descobrimento de suas jazidas auríferas, por intermédio da bandeira de Bartolomeu Bueno da Siqueira. Esse processo também revela a existência de um documento atribuído ao bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como Anhanguera, por meio do qual ele alerta o governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira, “sobre a retirada ilegal de ouro em um local conhecido como Lavrado, por quilombolas e por índios da tribo carijós” (IEPHA/MG, 2008, p. 9). No entanto, esse processo pondera que não há evidências ou indícios sobre a presença Carijó na região e, cumpre salientar, D. Brás Baltazar da Silveira foi governador da capitania no período de 1713 a 1717, o que evidencia que o referido documento é posterior à suposta origem de Pitangui.

Por outro lado, documentos de autoria do próprio D. Brás Baltazar da Silveira indicam que o descobrimento das minas de Pitangui não teve relação com bandeiras, mas, sim, com paulistas que se refugiaram em áreas inexploradas da bacia do Paraopeba quando da Guerra dos Emboabas e, dali, alcançaram a adjacente bacia do rio Pará ou, mais precisamente, as cabeceiras do rio São João. Aproximadamente 150 quilômetros rio abaixo, na margem direita de sua desembocadura no rio Pará, vicejaria Pitangui. (Il. 3)



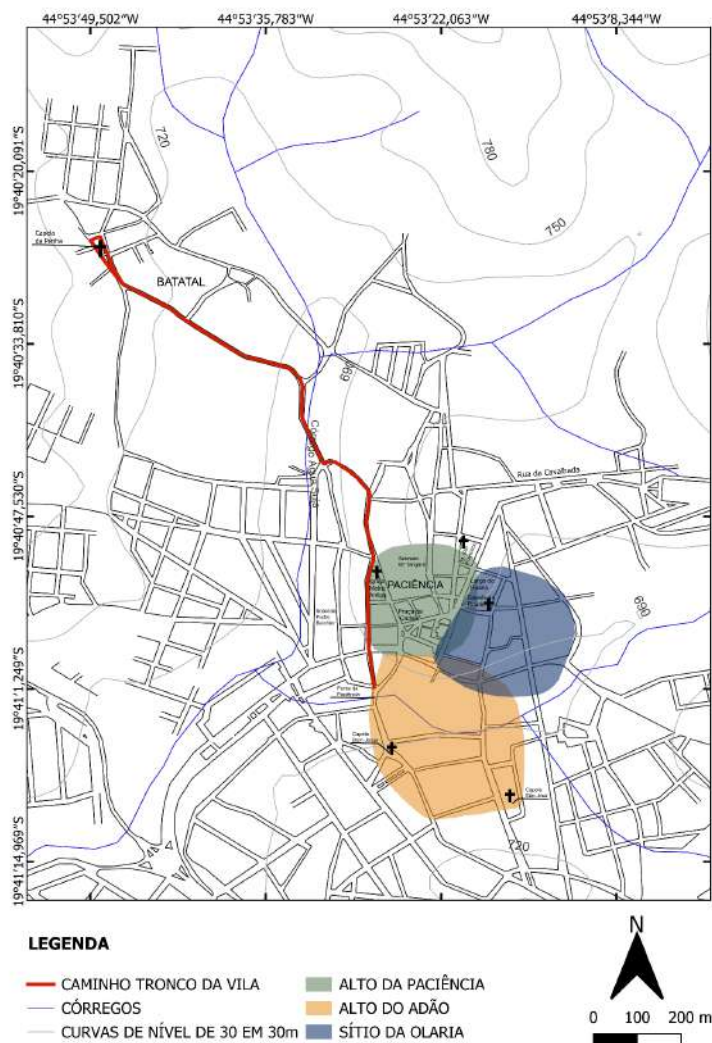
Il. 3: Trecho de mapa dos rios e povoações das *Minas do Ouro*, em 1734 ou 1735, tendo à esquerda o “R. de S. Francisco”, ao centro o “R. de S. João” e o “R. Pitangui” (atual rio Pará), e à direita o “R. Paraopeba”. Ao centro, também se encontram representados o morro de “Batatal” e a vila de “Pitangui”.

Fonte: IEPHA/MG, 2008, p. 16).

Quanto ao início da morfogênese de Pitangui, predomina o entendimento de que se deu no chamado Morro do Batatal, um sítio onde abundantes afloramentos auríferos foram encontrados e os primeiros mineradores paulistas se instalaram de forma “desordenada, espontaneísta, seguindo uma regra geral ao estabelecimento dos arraiais setecentistas mineiros, de se fixarem ombro a ombro com as lavras de ouro” (IEPHA/MG, 2008, p. 12). Lá também seria erguida, em 1709, uma capela consagrada a Nossa Senhora da Penha e tendo, ao que tudo indica, feições bastante modestas. Essa hipótese é também sustentada pelo (IEPHA/MG, 2008, p. 13), baseando-se em documento de 1714 que versa sobre uma solicitação ao regente do arraial, o Sargento-Mor Pedro Gomes Chaves, no sentido de que “fornecesse planos e instruções para edificar um novo corpo para a igreja” posto que o original fora construído “provavelmente de taipa de pilão”.

O abastecimento desse assentamento era buscado principalmente em Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, núcleo da atual cidade de Sabará, onde também se comercializava parte do ouro extraído das ricas jazidas no Morro do Batatal. Por mais que os mineradores paulistas tenham se esforçado para mantê-las em segredo – e que o rei de Portugal tenha recebido informações mais precisas sobre elas somente no governo de D. Brás Baltazar da Silveira – parece ter sido partir dessa importante vila e por meio dos caminhos que a serviam que notícias sobre essas jazidas se espalharam paulatinamente (Cunha, 2011; IEPHA/MG, 2008).

A visibilidade e a atratividade crescentes das minas de Pitangui ensejariam um afluxo populacional cujo ápice se deu, segundo Silvio Gabriel Diniz (apud Cunha, 2011), entre 1711 e 1713, quando novas jazidas auríferas foram descobertas em espaços fora do Morro do Batatal. Dentre eles, destacam-se os sítios de Alto da Paciência, da Olaria, e Alto do Adão (Il. 4), que desempenhariam um importante papel na morfogênese de Pitangui, posto que superariam o Morro do Batatal em importância e conformariam o centro da Vila Nova do Infante, após a sua criação em 1715 (IEPHA/MG, 2008).



Il. 4: Mapa com a demarcação dos sítios de Alto da Paciência, da Olaria, e Alto do Adão e, destacado em vermelho, o caminho tronco que se constituiu entre esses sítios e o Morro do Batatal.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IEPHA/MG, 2008.

Contudo, a visibilidade e a atratividade crescentes das minas de Pitangui também ensejariam o aumento do controle e da tributação pela capitania sobre seus mineradores – e alçariam esse arraial a palco de uma série de insurreições cuja duração se estendeu para além de sua elevação a vila. Segundo Eduardo Paiva França, Adriana Romeiro, Leandro Pena Catão, e Carla Maria Junho Anastasia (2011), tais insurreições demonstram a radicalização

das práticas políticas paulistas desde a Guerra dos Emboabas. Os paulistas buscavam por autonomia política e administrativa, exigindo total controle da região minerada, incluindo o monopólio de cargos. Com essas intenções frustradas, tentaram, sem sucesso, o isolamento político e geográfico do arraial, com a abertura de um caminho direto para São Paulo, além da proibição do pagamento do quinto. “Em suma, tratava-se de transformar o lugar em um enclave paulista, sob a jurisdição da comarca de São Paulo” (Paiva *et al.*, 2011, p. 41).

Um dos desdobramentos dessas insurreições foi o despovoamento de Pitangui, em 1713, que Paiva *et al.* (2011) atribuem ao abandono de lavras e terras pelos paulistas, uma forma de protesto que comumente adotavam para fazer frente a autoridades régias. Em face disso, em fevereiro de 1714, o governador D. Bráz Baltazar da Silveira nomearia o engenheiro Pedro Gomes Chaves como sargento-mor de Pitangui, tendo principal incumbência amenizar tais insurreições e colocar ordem no arraial, reafirmando a prerrogativa da Coroa na repartição de datas minerárias e na concessão de sesmarias e ratificando a obrigatoriedade do pagamento dos quintos reais.

Como demonstra Anastasia (2011), mesmo que Pitangui ainda não tivesse as insígnias de uma vila, ela funcionava administrativamente como se fosse. Fato é que, em julho de 1714, com a saída do sargento-mor Pedro Gomes Chaves, é montada uma Junta Governativa, formada por quatro sertanistas paulistas nomeados pelo governador: Bartolomeu Bueno da Silva, Domingos Rodrigues do Prado, Francisco Jorge da Silva, e Jerônimo Pedrosa de Barros. Eles eram responsáveis pela regência e governo dos moradores, faziam as vezes de um Senado da Câmara, e eram assistidos por outros oficiais nomeados pelo Governador. Para Paiva *et al.* (2011), a nomeação de um dos descobridores, Bartolomeu Bueno da Silva, para um cargo, tinha como intenção reconhecer o direito do descobridor, sendo uma forma de acalmar os ânimos no arraial. Contudo, a autoridade máxima ainda era nomeada pelo governador, fato que ainda não agradava aos paulistas.

Finalmente, em fevereiro de 1715, D. Bráz Baltazar da Silveira ordena a criação da Vila Nova do Infante, “não só para o bom regime dos seus moradores, mas

para melhor expedição da cobrança dos reais quintos” (Anastasia, 2011). Então, em 09 de junho de 1715, ela é instalada pelo superintendente Antônio Pires de Ávila, sendo a sétima vila criada na então capitania de São Paulo e Minas do Ouro, estando subordinada à comarca de Sabará (IEPHA/MG, 2008).

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A partir da delimitação inicial do primeiro período morfológico de Pitangui, em termos históricos, realizamos aqui a caracterização de seu território, buscando compreender as relações regionais que estruturaram esse assentamento e o fato de que elas não estão descontextualizadas das características espaciais da região. E assim deve ser, pois como apontam Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei (2001, p. 194), “temos que entender como a existência dos assentamentos e dos núcleos urbanos usualmente se originam de uma estrutura anterior de produção e de percursos”.

Tomando-se por base a abordagem preconizada por esses autores e a sua aplicação por Gimmler Netto *et al.* (2023), referidas na introdução deste artigo, realizamos a caracterização do território de Pitangui em sua fase inicial de ocupação por portugueses e luso-brasileiros considerando as principais rotas, assentamentos, áreas produtivas e características naturais da região.

Como também já tratado, Pitangui tem início e se desenvolve em região adjacente às de importantes núcleos urbanos setecentistas, dos quais se originaram os municípios de Sabará, Ouro Preto e Mariana, e, atualmente, pertence a mesorregião de Belo Horizonte e a microrregião de Pará de Minas (IBGE, 2016). Em termos hidrográficos, essa cidade está localizada nas cercanias do deságue do rio São João no rio Pará e a aproximadamente 60 quilômetros da foz do último no rio São Francisco (Il. 5). Sendo mais específicos, Pitangui tem seu centro histórico às margens do córrego Água Suja e entre os córregos Lavrado e Santo Antônio, formadores da bacia do último, que deságua no rio São João – e cujas dimensões geológicas e geomorfológicas tiveram repercussões diretas tanto na morfogênese do núcleo urbano de Pitangui quanto em sua evolução. (Il. 6)

As principais vias terrestres existentes no início do século XVIII foram aquelas apropriadas ou produzidas por bandeirantes e entradistas, das quais destacam-se, em primeiro lugar, o *Caminho Geral do Sertão*, também conhecido como Caminho de São Paulo, *Caminho do Anhanguera e Estrada dos Goyazes*, que partia do Planalto Paulista, cruzava a região Central de Minas Gerais, e alcançava Goiás; em segundo lugar, a *Picada de Goiás*, também conhecida como Caminho de Goiás, que se iniciava em São João del-Rei, adentrava o oeste de Minas, cruzava o rio São Francisco, seguia até Paracatu, e por fim, alcançava Vila Boa de Goiás, antiga capital do estado homônimo; e, em terceiro lugar, o *Caminho de Pitangui*, que partia de Sabará, passava por Curral del-Rei (atual Belo Horizonte), Capela Nova (atual Betim) e Pitangui e, dali, também alcançava Paracatu. (Il. 7)



Il. 7: Detalhe da Planta Geral da Capitania de Minas Geraes (183-), tendo em destaque as principais vias terrestres que alcançavam a região de Pitangui.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Rezende, 2017.

Em específico, o *Caminho de Pitangui* foi utilizado como estrada vicinal para aqueles que chegavam dos currais da Bahia (Freitas, 2005 *apud* Rezende, 2017), para os que se dirigiam a Paracatu e às minas de Goiás e de Cuiabá, sendo uma importante via de formação, abastecimento e consolidação de diversos núcleos urbanos erigidos ao longo dela e em suas imediações (Barbosa, 2015; Rezende, 2017). Entretanto, cabe ressaltar que, no final do século XVII e início do século XVIII, não era incomum a existência de diferentes vias com um mesmo nome, tal como exemplifica Tarcísio José Martins (2008, p. 125) ao afirmar que “os caminhos mineiros de então para os Goiases [...] não passavam de variantes do antigo caminho de São Paulo, tanto para Pitangui como para o Desemboque e Goiases”.

Contudo, com a implantação do controle, pela Coroa Portuguesa, da abertura e apropriação da rede de vias nesses espaços, por meio da política de estradas reais e de medidas tais como a implantação de casas de Contagem e Registro ao longo delas, promoveu-se não apenas o desenvolvimento da capitania, mas também significativos incrementos na cobrança de impostos sobre a produção aurífera e sua circulação (Rezende, 2017) (Il. 8). Assim, já na década de 1730, o *Caminho Geral do Sertão* e a *Picada de Goiás* tinham estatuto de estradas régias e estavam conectados, sob severo controle, aos portos de Paraty e do Rio de Janeiro, por meio dos notórios *Caminho Velho* e *Caminho Novo*.

Não obstante a importância histórica dessas e de outras vias existentes no Período Colonial, deve-se destacar que não há consenso na literatura sobre o traçado exato de cada uma delas, em razão da fragmentação ou inexistência de registros consistentes, sejam eles documentais, arqueológicos ou de outra natureza. Ademais, devemos estar sempre atentos para o fato de que muitas dessas vias consistiam em não apenas caminhos unifilares – mas em redes de caminhos mais ou menos próximos, conformando uma trama algo longitudinal que partia de uma região e alcançava outra. Ou seja, as tentativas de se representar cartograficamente essas vias, além de padecerem de uma compreensível imprecisão, são, em geral, simplificações ou sínteses das redes ou tramas que elas conformavam.



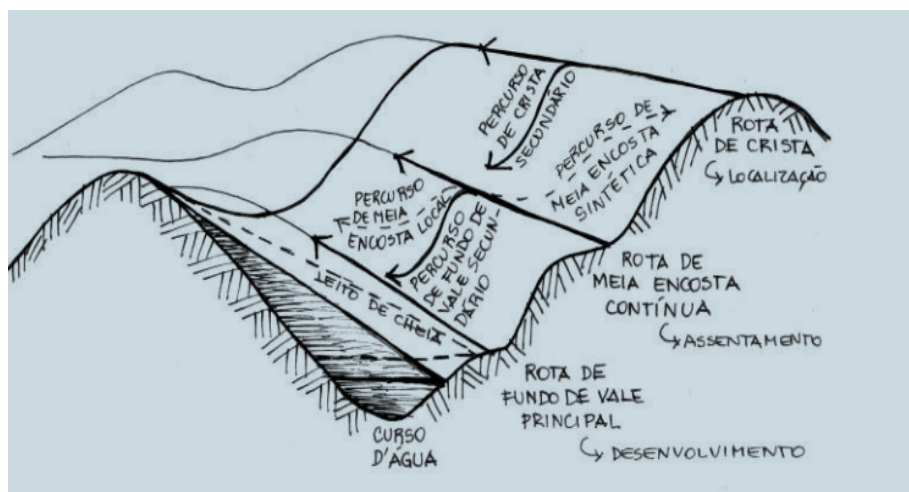
Il. 8: Mapa das vias terrestres para Goiás, de suas casas de Contagem e Registro e dos principais centros urbanos servidos por elas.

Fonte: Rezende, 2017.

Portanto, registrar cartograficamente os traçados da *Picada de Goiás* e do *Caminho de Pitangui* e estudar as relações dessas vias com nosso objeto de estudo exigem um exercício de suposições, a partir do referencial teórico e da análise de características ambientais da região, especialmente geomorfológicas. Nesse sentido, Caniggia e Maffei (2001) apresentam um modelo de entendimento da estruturação das principais rotas a partir de função e localização, conforme sumariza o esquema na Ilustração 9.

Nele, pode-se observar que a rota de crista principal é uma linha longitudinal que divide duas bacias hidrográficas, sendo uma maneira primitiva de percorrer o território através de uma visão de um ponto elevado de altitude. Ali, tem-se uma visualização das rotas fluviais, que são entendidas, na fase inicial, como fronteiras (Tagliazucchi apud Gimmler Netto *et al.*, 2023). Com o amadurecimento do território, a rota de meia-encosta contínua tende a substituir a função da rota de crista principal (Gimmler Netto *et al.*, 2023), permitindo o desenvolvimento de assentamentos. Por fim, as rotas de fundo de vale consolidam o processo de estruturação do território, sendo muitas vezes menos estáveis devido a possíveis

inundações (Gimmler Netto *et al.*, 2023). Essa terceira fase marca o entendimento do rio não mais como fronteira, mas, sim, como eixo de desenvolvimento (Tagliazucchi *apud* Gimmler Netto *et al.*, 2023).

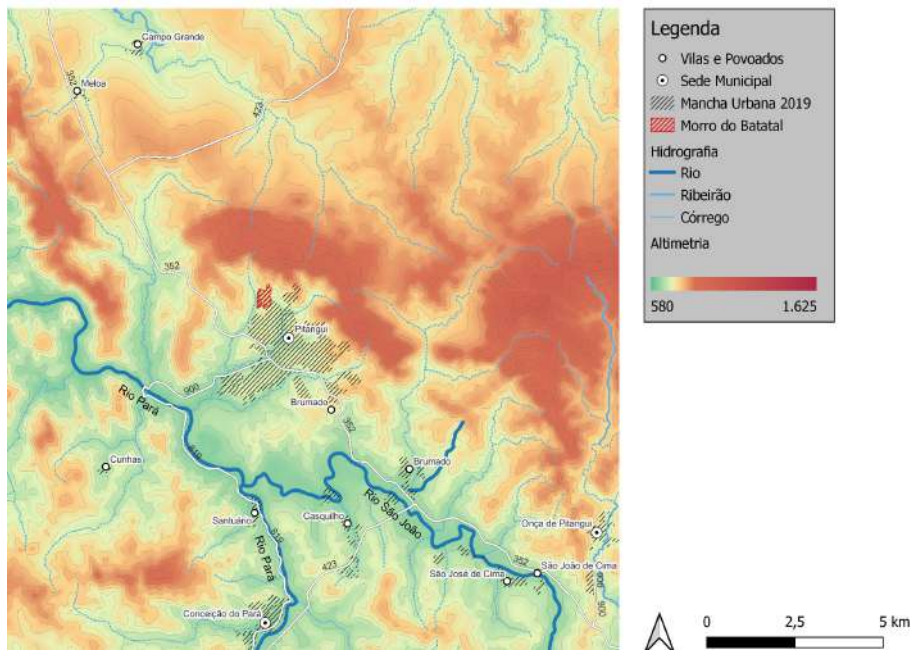


Il. 9: Croqui do desenvolvimento do território por meio de rotas e a partir da compreensão da Escola Italiana de Morfologia Urbana.

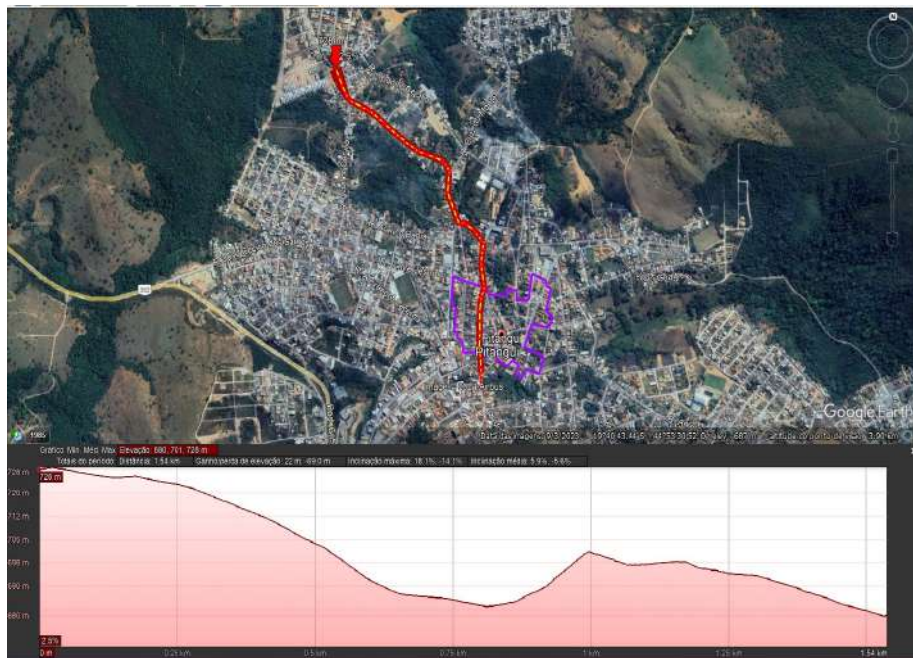
Fonte: Gimmler Netto, 2020 *apud* Gimmler Netto *et al.*, 2023.

Ao observar o esquema geomorfológico e fluvial da região de Pitangui (Il. 10), juntamente com os mapas já apresentados sobre as conexões do território, pode-se imaginar a rota de assentamento (meia-encosta) conectando Onça de Pitangui à Pitangui e, depois, seguindo próximo ao trecho da Rodovia Federal BR-352 entre Pitangui e o povoado de Melos. Entre Pitangui e Onça de Pitangui, ainda não foi possível estabelecer se a rota de assentamento seguiria a mesma rodovia ou algum outro caminho não identificado.

Na análise do mapeamento do traçado do caminho tronco de Pitangui e do seu perfil topográfico (Il. 11), observa-se que a rota de fundo de vale advinda do rio São João e do rio Pará (antigo rio Pitangui) foi fundamental no percurso para a chegada na região, a partir da expansão oeste da comarca do Rio das Velhas. Na sequência, a ocupação inicial de localização na rota da crista, a partir da descoberta do ouro no Morro do Batatal. E, posteriormente, a ocupação da meia-encosta com o desenvolvimento do arraial até a sua elevação à sétima vila do ouro em 1715.



Il. 10: Mapa do território.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Minas Gerais, 2024, e INPE, 2024.



Il. 11: Mapa e perfil topográfico do caminho tronco de Pitangui.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Minas Gerais, 2024, e INPE, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise morfológica realizada buscou demonstrar a aproximação entre o desenvolvimento do território, as rotas vinculadas e formas do relevo, que em fases sucessivas consolidaram o espaço em termos de sua ocupação. Sendo assim, observou-se que a forma inicial da ocupação de Pitangui se estabelece como importante referência nas rotas e conexões de diferentes caminhos da expansão do centro-oeste, configurados no relevo acidentado.

Primeiro, permeando os fundos de vale da bacia do rio Pará na composição da região do rio São Francisco, referências iniciais de exploração do ouro de aluvião e, posteriormente, importante fonte para a consolidação da agricultura e pecuária no abastecimento do território. Segundo, na sua relação com as rotas de consolidação do território, dentre as quais se destacam o caminho de Sabará para Paracatu no desenvolvimento do eixo centro-oeste, a conexão com Bambuí do *Caminho Geral do Sertão* no desenvolvimento do eixo centro-sul, considerando também a ligação com os territórios paulistas, ponto de várias disputas e confrontos nas diferentes subdivisões administrativas fiscais adotadas nas capitanias hereditárias do período colonial.

Os fundamentos dos estudos morfológicos territoriais devem ser compreendidos como análises processuais, que abordam aspectos socioculturais da ação humana sobre o ambiente. Isso aproxima esses estudos dos aportes teóricos da paisagem, evidenciando a ampliação de investigação e entendimento necessários à compreensão e atuação frente às complexidades da realidade contemporânea. Por fim, ressalta-se que se trata de um estudo inicial, o qual nos convida a novas e contínuas investigações.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Colonos de inaudita pretensão: Os motins de Pitangui. In: CATÃO, Leandro Pena (Org.). *Pitangui Colonial: história e memória*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011. p. 47-6.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

BARBOSA, Faber Clayton. *Pitangui entre Impérios: conquistas e partidos de poder nos sertões Oeste das Minas Gerais, 1720-1765*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Museu Paulista: história e cultura Material. *Anais...* São Paulo, V. 17, nº. 2, 2009, p. 251-294.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Architectural composition and building typology: interpreting basic building. In: *Saggi e documenti*, V. 176. Firenze: Alinea, 2001.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: elementos norteadores gerais. In: *Varia História*. V. 29, nº. 51, p. 817-845, set./dez. 2013.

COCOZZA, Glauco De Paula; GUERRA, Maria Eliza Alves. A gênese dos espaços livres em cidades médias: o caso de Uberlândia-MG. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, [s. l.], V. 27, nº. 41, p. 59, 2022.

CONZEN, Michael Robert Günter. *Thinking about urban form: papers on Urban Morphology, 1932-1998*. Oxford: Peter Lang, 2004.

CUNHA, Vagner da Silva. As sedições de Pitangui (1709-1721): debate historiográfico, perspectiva de análise. In: CATÃO, Leandro Pena (Org.). *Pitangui Colonial: história e memória*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011. p. 83-111.

GIMMLER NETTO, Maria Manoela; PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. In: *Paisagem e Ambiente*, [s. l.], nº. 33, p. 29, 2014.

GIMMLER NETTO, Maria Manoela; SOUZA, Gisela Barcellos de; SAIDLER, Marcos Felipe Sudré; FÁRIA, Leticia Gardusi de. Entre a serra e o rio: uma abordagem territorial. In: GIMMLER NETTO, Maria Manoela et al. (Org.). *A morfologia urbana de tiradentes*. Belo Horizonte, MG: Geplam Assessoria, 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estado de Minas Gerais: Meso e Microrregiões do IBGE*. [S. l.]: [s. n.], 2010. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf. Acesso em: 01. out.2024

IEPHA/MG- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Processo de Tombamento do Centro Histórico de Pitangui*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, V. 1, 2008. (Pasta 2: Documentação Técnica).

INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Divisão de Sensoriamento Remoto*. Topodata, 2024. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata>. Acesso em: 01.out.2024.

PAIVA, Eduardo França; ROMEIRO, Adriana; CATÃO, Leandro Pena; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Pitangui em chamas: rebelião e cultura política no século XVIII. In: CATÃO, Leandro Pena (Org.). *Pitangui Colonial: história e memória*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011. p. 27-46.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *IDE Sisema: Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos*. 2024. Disponível em: <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>. Acesso em: 01.out.2024.

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara, 2008.

MARX, Murillo de Azevedo. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. São Paulo: Livraria Nobel e Edusp, 1991.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

REZENDE, Ana Maria Nogueira. *Fluxos globais no século XVIII: a produção do modus vivendi e operandi no entorno da Estrada Real Picada de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Raul de Andrada e. São Paulo nos tempos coloniais. In: *Revista de História*, São Paulo, V. 10, nº. 21-22, p. 55-58, 1955.

TOFANI, Frederico de Paula. *Erejakasó Piâng? As culturas sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia*, Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.